

AO JUÍZO DA \_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E  
SUCESSÕES DO XXXXXXXX.

**REQUER PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO- ART. 1.048 CPC C/C ART.  
4º ECA**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO, nascida em XX/XX/XXXX, natural de XXXXX, filha de  
FULANO DE TAL, RG nº XXXXXXXX - SSP/XX e CPF nº XXXXXXXX,  
residente e domiciliada na XXXXXXXXX, CEP: XXXXXXX, telefones: (XX)  
XXXXXXX e (XX) XXXXXX, correio eletrônico: XXXXXXXXXX, vem à  
presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da **DEFENSORIA  
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL** (artigo 99 do CPC), com  
fundamento na Lei Federal nº 11.804/2008, ajuizar a presente:

**AÇÃO DE  
ALIMENTOS GRAVÍDICOS**

em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO, telefone: (XX) XXXXXXXX, **podendo ser encontrado em  
seu local de trabalho**, qual seja, XXXXXXXXXXXX (Diretoria de  
Pessoal - Departamento de Gestão de Pessoas - correio eletrônico:  
XXXXXXXXXX, localizada na XXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones:  
(XX) XXXXXXX, XXXXXXX e XXXXXX, **demais dados  
desconhecidos**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:  
**PRELIMINAR - AUSÊNCIA DE DADOS - QUALIFICAÇÃO DO  
REQUERIDO:**

Preliminarmente, a requerente esclarece que desconhece  
os seguintes dados de qualificação do requerido, quais sejam: data  
de nascimento, nacionalidade, filiação, endereço de residência e  
números do RG e CPF.

Ademais, nesse particular, requer a Vossa Excelência pesquisas aos sistemas desse Tribunal eis que esse Núcleo da Defensoria Pública, por questões burocráticas, administrativas, tecnológicas e operacionais, não tem acesso ao Sistema INFOSEG para a busca de tais dados.

## **I - DOS FATOS:**

A requerente e o requerido se conheciam há alguns anos, por serem vizinhos próximos, e, a partir do ano de XXXX, se envolveram por cerca de XX meses, ininterruptamente, em relacionamento de namoro, mas com residências em domicílios diversos, sem o intuito de constituir união estável e/ou matrimônio. Ambos eram vizinhos de quadra e moravam em conjuntos próximos, separados apenas por uma rua.

O endereço do requerido, que residia com a sua avó de nome FULANO DE TAL (conhecida como XXXXXX) era XXXXXXXXXX.

Após breve distanciamento, ambos voltaram a se envolver novamente, com término definitivo do relacionamento ao início desse ano.

No tempo de convivência de namoro, ambos frequentavam a casa um do outro. Destaque-se que ocorreram vários rompimentos, com idas e vindas na relação.

Mesmo o requerido tendo ido para a cidade do XXXXXXX morar na casa de parentes, em MÊS de ANO, com o intuito de estudar para concursos públicos, sempre que vinha para XXXXXX ambos se relacionaram com frequência, como namorados, mesmo distantes geograficamente.

O requerido foi aprovado para o cargo de Soldado de 2ª Classe da Polícia Militar do Estado de XXXXX, e nessa cidade reside desde que tomou posse no referido *labor*.

Por tal razão, a requerente não possui o endereço da residência atual do requerido, desde a sua mudança para XXXXXX - a requerente não sabe precisar se o requerido trabalha em Batalhão Militar (PMDF) localizado na Capital ou cidade do interior do Estado de XXXXX.

A requerente colaciona a esta inicial breve relato dos fatos, aonde detalha com minúcias como foi o relacionamento mantido com o requerido, desde que começaram a se relacionar de forma mais próxima, inclusive com intimidade, até o rompimento definitivo.

Ainda, a requerente faz juntar a esta peça inaugural várias fotografias do casal em momentos de descontração e alegria, relativas ao período de convivência do namoro.

Em XX de XXXXXXXX de XXXX, a requerente descobre que está grávida e começa a manter contato com o requerido, pelo aplicativo WhatsApp, com o intuito de lhe comunicar da gravidez e pedir ajuda financeira para pagamento de exames, compra de itens para o bebê, dentre outros.

A requerente colaciona a esta peça de ingresso os *prints* de inúmeras conversas mantidas com o requerido, pelo aplicativo supramencionado, sempre tratando de assuntos relativos à gravidez e o apoio de que precisava nesse momento importante de sua vida e do bebê.

Resta claro, nas conversas com o requerido, que esse não tem dúvidas de sua paternidade, muito pelo contrário.

A requerente esclarece que recebeu algum suporte financeiro do requerido, conforme consta dos diálogos, mas tal ajuda não possui o escopo da regularidade e de valores justos, pois, conforme consta de seu holerite de pagamento, inserto nesta inicial, auferir rendimento líquido de R\$ XXXXX (XXXXXX reais), valor insuficiente para prover a própria manutenção e as complexas despesas com o nascituro.

A requerente também colaciona comprovantes de despesas com a compra de itens para o bebê, tais como bolsa maternidade, berço, e outros pequenos itens de enxoval.

Conforme consta do resultado de exames de ultrassom, sendo o primeiro com data de XX/XX/XXXX, a requerente está grávida topicamente, com XX semanas.

A requerente junta exames de XX/XX/XXXX, XX/XX/XXXX e XX/XX/XXXX, com todos legitimando a gravidez, fato inconteste. Atualmente está no XX mês de gestação.

A requerente considera relevante esclarecer que desde que iniciou o relacionamento com o requerido não manteve qualquer relação sexual com outro homem, ou seja, não restam dúvidas que de fato ele é o genitor do nascituro.

Ocorre ainda que, após o término do relacionamento, o requerido não tem contribuído para o pagamento das despesas inerentes à gestação, da forma justa e devida, proporcional ao seu ganho de rendimentos laborais.

Como dito, a requerente exerce o *labor* de auxiliar de lavanderia e percebe rendimento líquido da ordem de R\$ XXXX (XXXXXXXX reais).

O requerido exerce o cargo de Soldado de 2ª Classe da Polícia Militar do Estado de XXXXXXXX, e percebe rendimento mensal o valor de R\$. XXXXX (XXXXXXXXX reais), conforme demonstrativo de remuneração extraído do sítio eletrônica da PMSP, *link* remuneração de servidores.

A requerente destaca que pretende se mudar da casa de seus avós, aonde reside atualmente, para imóvel a ser alugado em outra localidade.

A requerente, com essa mudança, pretende iniciar nova fase de sua vida com o bebê com mais independência e autonomia, sem sobrecarregar os seus avós, já idosos.

A requerente esclarece que seus rendimentos são insuficientes para prover a própria manutenção e as despesas com a sua gestação, bem como aquisição de itens do enxoval, dentro outras despesas de primeira ordem, de forma unilateral.

Posto isto, a autora postula a fixação de alimentos gravídicos no importe de 30% (trinta por cento) dos rendimentos do requerido junto à Polícia Militar do Estado de XXXXXXXX, obtidos a qualquer título, com incidência sobre décimo terceiro salário e terço de férias, abatidos tão somente os descontos compulsórios (IRRF e Previdência).

Referido ente deverá ser oficiado - Polícia Militar do Estado de XXXXXXXX(Diretoria de Pessoal - Departamento de Gestão de Pessoas - correio eletrônico: [XXXXXXXXX](#), localizada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXX.

Caso o requerido venha a laborar sem a manutenção de vínculo empregatício formal, a requerente pleiteia que os alimentos

sejam fixados no importe de 60% (sessenta por cento) do salário mínimo.

Referido valor deverá ser depositado mensalmente na conta bancária da representante do nascituro, qual seja, FULANO DE TAL, CPF nº XXXXXXXXX, mantida junto à BANCO TAL, Agência XXXX, Operação XXXX (Poupança), Conta Poupança nº XXXXXXXX.

## **II - DO DIREITO:**

A Lei Federal nº 5.478/1969 disciplina os requisitos para a Ação de Alimentos; e já a Lei Federal nº 11.804/2008 disciplina os alimentos gravídicos e a forma de exercício do direito.

Neste sentido, o art. 2º da Lei específica determina que os alimentos devem ser custeados, também, pelo futuro pai:

***Art. 2º.** Os alimentos de que trata esta Lei compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive as referentes a alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamentos e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes.*

***Parágrafo único.*** Os alimentos de que trata este artigo referem-se à parte das despesas que deverá ser custeada pelo futuro pai, considerando-se a contribuição que também deverá ser dada pela mulher grávida, na proporção dos recursos de ambos.

Não restam dúvidas sobre a paternidade da criança. Houve relações sexuais entre a requerente e o requerido sem o uso de métodos contraceptivos.

Ademais, como dito, a mãe do nascituro não se relacionou com nenhuma outra pessoa.

Confira-se o art. 6º da Lei 11.804/08 sobre a determinação dos alimentos:

***Art. 6º.*** Convencido da existência de indícios da paternidade, o juiz fixará alimentos gravídicos que perdurarão até o nascimento da criança, sopesando as necessidades da parte autora e as possibilidades da parte ré.

***Parágrafo único.*** Após o nascimento com vida, os alimentos gravídicos ficam convertidos em pensão alimentícia em favor do menor até que uma das partes solicite a sua revisão.

### **III - DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
- b) A prioridade de tramitação na forma do que dispõe o Art. 1.048 do CPC; e Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- c) A fixação dos alimentos gravídicos provisórios no valor de XX% (trinta por cento) dos rendimentos do requerido, obtidos a qualquer título, com incidência sobre décimo terceiro salário e terço de férias, abatidos tão somente os descontos compulsórios (IRRF e Previdência). Referido valor deverá ser descontado mensalmente pelo ente empregador do requerido em sua folha de pagamento e depositado na conta bancária da requerente/representante do nascituro, qual seja, FULANO DE TAL, CPF nº XXXXXXXX, mantida junto à BANCO TAL, Agência XXXX, Operação XXXXX (Poupança), Conta Poupança nº XXXXXXXX;
- d) Seja oficiada a Polícia Militar do Estado de XXXXXXX (Diretoria de Pessoal – Departamento de Gestão de Pessoas – correio eletrônico: [XXXXXXXXXX](#), localizada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXX, para que proceda ao desconto dos alimentos determinados e efetue os depósitos mensais na conta bancária de titularidade da requerente, já indicada nesta inicial;



- e) Caso o requerido venha a laborar sem a manutenção de vínculo empregatício formal, a requerente pleiteia que os alimentos sejam fixados no importe de 60% (sessenta por cento) do salário mínimo; além de metade do valor do uniforme e material escolar, ao início de cada período letivo, quando o menor estiver em idade escolar;
- f) A designação de audiência de justificação para comprovação dos indícios de paternidade, caso Vossa Excelência entenda necessário;
- g) A citação do requerido para comparecer à audiência acima e responder aos termos desta ação, no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o Art. 7º da Lei Federal nº 11.804/2008, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- h) A intimação do ilustre Membro do Ministério Público;
- i) A procedência do pedido, para condenar o requerido ao pagamento dos alimentos gravídicos no mesmo valor pleiteado a título provisório nos itens “b” e/ou “c”, determinando-se que os alimentos gravídicos sejam automaticamente convertidos em alimentos para o menor a partir do nascimento; e

j) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal - PRODEF (art. 3º da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco XXXX.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXX reais).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXXX/XX, XX de XXXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

Requerente/Representante do nascituro

---

**FULANO DE TAL**

Colaborador - Matrícula nº XXXXXXXX

---

**FULANO DE TAL**

Defensor Público do XXXXXXXX